

SEGURANÇA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO

BRASIL

Uma agenda contra
o crime organizado.

TAL
KS CB
TALKS

Um modelo a ser seguido

No setor de combustíveis, operações conjuntas conseguiram reprimir a atuação das facções, que migram para as Bets

» RAPHAEL PATI
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» BEATRIZ VASCONCELOS*

As recentes operações conjuntas de fiscalização — como a Carbone Oculto, a Sem Refino e a Poço de Lobato — sinalizam que, no setor de combustíveis, o cerco ao crime organizado está funcionando. As ações resultaram, por exemplo, na falência do Grupo Refit, cujo controlador Ricardo Magro é acusado de manter relações com facções criminosas. Na mais recente operação, postos clandestinos foram lacrados e 1.283 CNPJs ficaram inaptos.

O assunto foi discutido no segundo painel do CB Talks Segurança para o desenvolvimento do Brasil: uma agenda contra o crime organizado, promovido, ontem, pelo **Correio**. O presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz, considerou haver uma queda na atuação do crime organizado no setor e que uma parte relevante desses grupos estaria em processo de migração para as casas de apostas ilegais. Ele citou o avanço na fiscalização por parte da Receita Federal e da Polícia Federal (PF) a partir de 2025, com a deflagração das operações e enalteceu a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Kapaz disse que o setor estaria conseguindo “vencer a batalha” contra os grupos criminosos e citou a articulação entre setor público — tanto federal quanto estadual — e privado. “Essa integração que nós começamos a fazer lá atrás, em fevereiro de 2025, quando levamos para o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) como funcionava o crime organizado dentro do setor de combustíveis, foi aí que começou a se perceber qual era a dimensão que ele estava atingindo, e ele estava crescendo”, destacou o presidente do ICL.

Kapaz afirmou que o instituto promoveu um levantamento de dados sobre como esses grupos operavam em cadeia, citou a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) como um dos principais articuladores desses esquemas, com quase mil postos tomados pela facção e que o mapeamento de todos esses esquemas permitiu que o Fisco e a PF entrassem nas investigações e delagassem as operações.

O presidente do ICL também considerou, no entanto, que ainda há dificuldades para combater de forma eficaz e penalizar os responsáveis pelos esquemas criminosos. Ele lembrou de vazamentos de informações que ocorreram e levaram integrantes que estariam envolvidos nessa articulação a deixar o país antes que a operação

da Receita ocorresse, como foi o caso dos formuladores Copape e Aster Petróleo que tiveram as autorizações de funcionamento revogadas pela ANP em 2025. “Ou seja, não é uma coisa tão fácil de você operar porque eles foram informados por alguém que dois dias depois ia sair uma operação extraordinária que foi a Carbone Oculto e viajaram, saíram e estão fugidos do país”, destacou.

Na visão do presidente do instituto, a integração entre setor público e privado permitiu que houve uma migração do combustível ilegal para a legalidade, o que, por consequência, gerou um aumento de ganhos para os cofres públicos, sobretudo para os estados do Rio de Janeiro, onde uma parte relevante do orçamento é sustentado pelas petroleiras e a venda de combustíveis. De janeiro a julho de 2025, houve um crescimento de 80% na arrecadação do estado.

“Imagina, no Brasil, o quanto isso não dará de benefício na arrecadação quando você, de fato, atacar para valer o sistema operacional do crime organizado, como tem sido feito no nosso segmento”, levantou Kapaz, que ressaltou a dificuldade em conseguir levar adiante projetos como a Lei do Devedor Contumaz, que foi sancionada neste ano e prevê regras rígidas para combater a inadimplência fiscal sistemática e fraudulenta.

Brechas

No mesmo painel, o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição Silva, concordou que o combate ao crime organizado nos terminais portuários está fortalecido, mas ressaltou que é necessário evitar brechas que possam aumentar os riscos à segurança. Ele afirmou que, além de contribuir para a repressão ao crime, o fortalecimento da segurança pública no ambiente portuário garante a qualidade da infraestrutura dos terminais.

Na visão do representante, a segurança pública está estruturada nos terminais, que contam com a atuação da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), em conjunto com órgãos do governo federal. O dirigente demonstrou, ainda, preocupação com a revisão da ANP, que contém um artigo que permite a refinarias atuarem como terminais. Para ele, a medida pode criar brechas para a atuação do crime organizado.

“Não somos contra a flexibilização, mas é necessário que todas as exigências técnicas, ambientais e de segurança que são colocadas e exigidas hoje, assim como os controles aplicados aos terminais, sejam mantidos”, ressaltou Jesualdo, que considerou a regulação no setor como “de

Caça às irregularidades

Proposta da ABTP sugere identificar a atuação do crime organizado no mercado de combustíveis

ESTRUTURA DO MERCADO

Refinarias: produzem combustíveis.

Terminais: estruturas neutras, sem produção ou comercialização.

Distribuidoras: distribuem e comercializam.

■ Rastreabilidade e transparência ajudam a identificar problemas.

RISCO NOS TERMINAIS

■ Vulnerabilidades podem surgir já nas licitações e contratações públicas.

■ É necessário dificultar a entrada do crime organizado nas estruturas.

CRITÉRIOS DE PREVENÇÃO

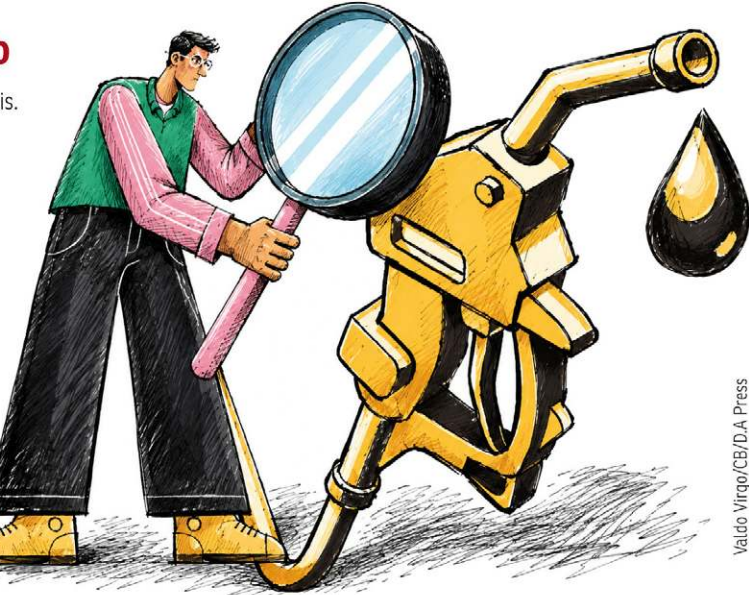
■ Discussões com Ministério de Portos e Aeroportos e TCU.

Exigências de habilitação devem considerar:

■ experiência no setor;

■ identificação dos operadores;

■ compliance e antecedentes das empresas.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

REGULAÇÃO

■ Evitar brechas regulatórias que permitam a entrada de agentes inadequados.

■ A regulação deve equilibrar segurança e concorrência, sem fechar o mercado nem flexibilizar excessivamente as regras.

EXEMPLO NOS POSTOS

■ Bombas sem identificação podem receber combustível de diferentes fornecedores.

■ Isso pode fazer com que uma bandeira dê credibilidade a um produto pelo qual não se responsabiliza.

PONTO CENTRAL

■ Necessidade de aperfeiçoar a regulação por meio do diálogo entre setor empresarial e poder público, preservando concorrência, transparência e segurança.

Fonte: Jesualdo Conceição Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Kapaz: “setor está vencendo a batalha contra o crime”



Silva: “na busca por flexibilização, pode-se criar uma fragilidade”



Marinho: Se o imposto passar, vai ajudar muito o crime organizado

extrema relevância”. Apesar disso, “a forma como ela é colocada, talvez, na busca por uma flexibilização, possa estar sendo criada uma brecha, uma fragilidade que facilite a entrada do crime organizado”, apontou.

O presidente também falou sobre possíveis falhas de segurança em terminais portuários, citando o caso do terminal de Paranaguá, e explicou

que esses problemas podem começar ainda no processo inicial de licitação e contratação pública. “Recentemente, nós tivemos uma conversa bem próxima com o Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com o Tribunal de Contas da União, para que, no processo das especificações técnicas para habilitação, houvesse exigências que evitassem que o crime

organizado pudesse agir”, afirmou.

O presidente da ABTP reforçou que, na área de infraestrutura, a regulação é necessária principalmente porque o setor envolve grandes investimentos. Ele pontuou que questões específicas da regulação precisam ser revistas, avaliadas e discutidas entre os setores público e empresarial. “Não tem outra forma de

Mercado de gás de cozinha sob ameaça

A ação do crime organizado no mercado de gás também se tornou uma preocupação crescente. Para o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (SindiGás), Sérgio Bandeira de Melo, a perda do controle territorial pelo poder público cria condições para a formação de monopólios locais, com impacto direto no preço do botijão e no abastecimento das comunidades.

Segundo o representante do setor, o GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), conhecido como gás de cozinha, está presente em 91% dos lares brasileiros e movimenta cerca de 400 milhões de botijões de 13 quilos por ano. O segmento também responde por aproximadamente 350 mil empregos diretos e indiretos e R\$ 11 bilhões em contribuições tributárias anuais.

Entre os principais problemas apontados por Bandeira de Melo está a venda informal de botijões em estabelecimentos que não seriam autorizados para esse tipo de comercialização.

“Nós temos uma situação hoje: dos 7,7 milhões de toneladas que são comercializadas no Brasil, não temos fraudes de quantidade, qualidade

ou integridade. Temos problemas de território. As nossas empresas se colocam à disposição para colaborar com o poder público, tanto no mapeamento quanto na atuação, para que, no eventual combate à criminalidade, não exista qualquer tipo de risco de desabastecimento das comunidades ou de abuso do poder econômico”, comenta.

Além do crime organizado, o diretor do SindiGás manifestou preocupação com o atual debate sobre mudanças regulatórias no mercado de GLP. Segundo ele, medidas destinadas a ampliar a competitividade precisam considerar os possíveis efeitos sobre a segurança e a atuação de grupos criminosos.

O representante também criticou a possibilidade de venda fracionada de GLP. Embora a medida possa ampliar o acesso ao produto a consumidores que não conseguem comprar um botijão completo, a avaliação é de que ela poderia abrir espaço para novas formas de fraude e dificultar o controle da comercialização.

A preocupação, segundo ele, é que decisões regulatórias sejam tomadas sem considerar o avanço do



Mello: “Correr atrás do crime organizado custa caro”

crime organizado. Para Mello, o poder público deve calcular previamente os possíveis impactos sociais de mudanças que possam criar brechas para a atuação de grupos criminosos. “Existe uma janela importante para se fazer uma conta prévia. Correr atrás do crime organizado



Piquet: “O problema do crime se tornou um problema de regulação”

custa muito caro e, depois que ele se instala, o custo é ainda maior para o Estado e para toda a sociedade.”

Regulação

A atuação de organizações criminosas têm alcançado diferentes

setores da economia, impulsionada pelo volume de recursos gerado pelo tráfico de drogas e pela exploração de atividades ilícitas, segundo o professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador da Escola de Segurança da Universidade de São Paulo (USP), Leandro Piquet Carneiro. Segundo o professor, a redução das taxas de homicídio observada no Brasil e em outros países da América do Sul ocorre paralelamente a uma mudança no perfil dos problemas relacionados à criminalidade.

Nesse cenário, ganham importância os chamados crimes baseados em mercado, que envolvem a produção, distribuição e comercialização de bens e serviços ilícitos. A cocaína, de acordo com o especialista, ocupa papel central nesse processo. O dinheiro proveniente do tráfico permite que organizações criminosas ampliem sua presença em outras atividades, como o garimpo ilegal, a grilagem de terras, o comércio de madeira e o setor de defensivos agrícolas.

O fenômeno foi definido pelo professor como uma forma de “convergência criminal”, caracterizada pelo encontro entre diferentes

não ser esse diálogo, né? Do setor empresarial ao setor público”, disse. Para ele, o objetivo é construir “uma regulação adequada à operação e que não abra brechas”.

Imposto setivo

O presidente do Instituto Livre Mercado, Rodrigo Saraiva Marinho, enfatizou, durante o mesmo painel, que o aumento da tributação sobre combustíveis, bebidas alcoólicas, jogos de azar, entre outros bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, pode facilitar o crescimento do crime organizado e do mercado paralelo. Segundo ele, a aprovação do Imposto Seletivo, na reforma tributária, deve enfraquecer as empresas que atuam no mercado legal.

“Se esse imposto passar, ele vai ajudar — e muito — o crime organizado. O imposto já passou na PEC (45), mas eu espero que ele seja o mínimo possível. Para você ter ideia, agora no setor de petróleo, foi decidido do dia para a noite que a gente ia tributar 12% a exportação de petróleo no Brasil, em uma canetada violenta que caiu na medida provisória e, no dia seguinte, uma gerente de Comércio Exterior fez isso”, destacou.

Na visão de Marinho, a ocorrência de monopólios também favorece a atuação de grupos criminosos, ao mesmo tempo em que tira a força dos pequenos comerciantes e da população mais carente, em geral. “Quando a gente está tratando sobre livre-mercado, é diminuir a burocracia, facilitar as regras, permitir que as pessoas tenham clareza, não permitir que haja proibição de determinado setor e aqui é muito triste que você vê esses monopólios territoriais”, destacou o Marinho, que citou o caso dos cigarros eletrônicos como um exemplo clássico de produto que é totalmente proibido no Brasil, mas mesmo assim é amplamente comercializado por meio do mercado ilegal.

Durante o evento, ele também criticou a possibilidade de proibição das bets no Brasil. “Você proíbe isso e, obviamente, é o crime organizado que vai sorrir de orelha a orelha e vai invadir esse espaço e trabalhar fortemente para fazer esse mercado funcionar”, afirmou Marinho, que defendeu a manutenção da regulamentação aprovada em 2024 e que estabelece as diretrizes para a atuação dessas casas de aposta no país.

“Os bandidos têm que ser presos, e não o mercado. Não é porque tem bandidos no mercado financeiro que o mercado é ruim por conta disso. Não é porque tem bandido em fintech que fintech é ruim por conta disso. Isso é fundamental. Não é uma faca que mata alguém. É uma pessoa que mata alguém.”

agentes, incluindo criminosos e empresários interessados em utilizar métodos ilícitos para ampliar negócios. “Das bets aos terminais portuários, da distribuição de GLP ao combustível líquido. Todos esses setores sofrem com a pressão exercida por esse tipo de organização, que opera principalmente a partir do tráfico ilícito de drogas. E isso, por óbvio, coloca uma grande questão aqui: o regime de proibição”, analisou.

Para Carneiro, a questão impõe um desafio à formulação de políticas públicas. A elaboração de regras para determinados setores, diz, deveria considerar a possibilidade de captura dessas atividades pelo crime organizado. “O problema do crime se converteu em um problema ligado à regulação e à capacidade de controle de vários aspectos específicos de mercados. Se há uma regulação inadequada, se há uma capacidade de fiscalização e controle inadequada, o crime organizado tem a capacidade de capturar e infiltrar esse mercado”, avaliou. (RP, MBG e BV)

*Estagiários sob a supervisão de Edla Lula